

O “PROTAGONISMO JUVENIL” NA INSULARIDADE DO ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL

Danielle Araújo Ferreira Marques

A mais recente reforma do Ensino Médio empreendida no Brasil teve como uma de suas propostas o aumento do tempo de permanência dos jovens nas escolas. Ainda que suas opiniões não tenham sido consideradas no que tange a uma mudança tão relevante em suas vidas, um dos pilares da reforma se sustenta em um suposto “protagonismo” dos jovens.

Entre a medida provisória nº 746, instituída por Michel Temer em seu primeiro mês como presidente do Brasil, e a promulgação da Lei nº 13.415, em fevereiro de 2017, se passaram cinco meses. Esta rápida tramitação da matéria aponta para a necessidade de uma análise de como têm sido desenvolvidas as políticas educacionais para a juventude no Brasil, assim como para a reflexão sobre os aspectos específicos do contexto social, político e econômico que “exigem” tais mudanças nas vidas dos jovens, principalmente membros de famílias e comunidades pobres.

As representações sobre a juventude enquanto categoria geracional na sociedade devem também ser alvo de problematizações, principalmente ao se considerar que elas impactam as decisões políticas relacionadas a tornar possível aos jovens um maior ou menor trânsito tanto nos ambientes concretos quanto nos espaços simbólicos que tratam de questões que afetam direta ou indiretamente suas vidas.

Nesse contexto, a Sociologia da Infância¹ fornece elementos para se refletir sobre a posição que ocupam crianças, adolescentes ou jovens na sociedade. Esse campo teórico considera a infância uma categoria minoritária clássica que, em relação ao grupo dominante dos adultos, possui status inferior e menos privilégios, sendo, como resultado disso, objeto de tendências marginalizadoras e paternalizadoras (QVORTRUP, 2011).

¹ Ainda que a demarcação etário-cronológica não seja aqui considerada um marcador decisivo de análise, é importante destacar que a Sociologia da Infância designa o período da infância tal qual a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, ou seja, o tempo de vida entre 0 e 18 anos. Dessa maneira, ao tratar de “crianças”, há referência também aos adolescentes ou jovens, a depender do critério legal utilizado (ECA ou Estatuto da Juventude).

Jens Qvortrup (2005) utiliza o conceito de “insularidade” para falar sobre como, na modernidade, tem sido cada vez maior a restrição vivida por crianças e jovens na mobilidade pelas cidades, entre outros motivos, pelo aumento do tempo de permanência deles/as nas escolas. Com isso, eles/as têm cada vez menos oportunidades de ocupar espaços de participação na sociedade.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, ao considerar que as relações entre grupos e classes “obedecem a uma lógica que se reproduz de forma dissimulada no plano das significações” (MICELI, 2011), fornece subsídios para o desenvolvimento dos estudos sobre a infância ou juventude. Leena Alanen, um dos principais nomes da Sociologia da Infância, destaca que as análises desenvolvidas pelo autor sobre os “campos” e as posições ocupadas por cada um de seus integrantes podem ser estendidas ao estudo das crianças e da infância (ALANEN, 2014).

A Sociologia da Infância, assim, aproxima-se do quadro teórico desenvolvido por Bourdieu, ao considerar que as estruturas sociais estão alicerçadas em um plano concreto, ou seja, das condições materiais de vida dos sujeitos, mas também refletem e se estruturam a partir de um plano simbólico, das relações de poder existentes entre pessoas, grupos e instituições. Bourdieu fala, nesse sentido, em um “sistema de hereditariedade social” que “tende a assegurar, mediante a transmissão consciente ou inconsciente do capital acumulado, a perpetuação das estruturas sociais ou das relações de ordem que formam a ‘ordem social’” (BOURDIEU, 1983, p. 40). Neste contexto, as relações são mais privilegiadas do que os elementos diretamente visíveis.

Tanto o conceito de juventude ou o uso, por vezes indiscriminado, do termo “protagonismo juvenil” devem ser analisados, então, sob um prisma relacional, a partir da consideração das relações estabelecidas e reproduzidas no campo de disputa das políticas educacionais e entre os seus diferentes agentes.

Como tem se reproduzido a estrutura deste campo e como os poderes e privilégios têm sido distribuídos entre os seus agentes? A necessária promoção do protagonismo juvenil estaria abarcada no novo formato de ensino médio em tempo integral? A permanência dos jovens nas escolas por mais tempo e os novos arranjos curriculares permitem que sejam efetivamente protagonistas?

Inúmeros trabalhos e pesquisas analisam o uso do termo “protagonismo juvenil” e apontam para uma possível alteração do seu sentido (MINAYO, BOGHOSSIAN, 2009) ou para um “hibridismo semântico”, em que os discursos são

descontextualizados e, em seguida, recontextualizados (FERRETI, ZIBAS, TARTUCE, 2004).

A questão das atividades ou das ações empreendidas pelos alunos nas escolas é tratada por Bourdieu a partir da análise dos recursos ou das disposições que as sustentam, utilizando-se de conceitos como *capital cultural* e *habitus* (BOURDIEU, 1983).

Construído a partir de condições objetivas de existência, o *habitus* é considerado um sistema de disposições estruturadas que funcionam como princípio estruturador das práticas, uma matriz de percepções e de ações (BOURDIEU, 1983). Assim, é importante destacar que “o que permite dar conta da prática são as condições sociais que construíram o *habitus*” (CHARLOT, 2013, p. 136, grifos do autor).

Em pesquisa realizada com jovens de uma escola pública em tempo integral no município de Rondonópolis-MT (MARQUES, 2018), buscou-se apreender como eles/as compreendem o exercício dos seus direitos, principalmente os de participação. Constatou-se, através de suas narrativas, que eles pouco participam de ações ou processos decisórios no ambiente escolar, restringindo-se a organizações de eventos ou às escolhas das disciplinas “eletivas” que, por si só, são já restritas às possibilidades de oferta pelos docentes (a depender da disponibilidade de equipamentos, instrumentos pedagógicos, etc.).

O engajamento em processos decisórios na escola, ainda que avaliado como positivo, foi visto por eles/as com descrédito, muito provavelmente por ser esta uma possibilidade nunca antes cogitada ou experienciada.

O discurso de “protagonismo juvenil” neste contexto de ensino em tempo integral aparece, assim, como quimérico e decorativo, ou seja, não representa, na prática, o que diz apregoar. Os jovens são convidados a serem protagonistas de suas vidas, mas, ao mesmo tempo, são colocados em situações de não poderem realizar tal projeto (DUBET, 2006 *apud* DAYRREL, 2007).

Em um contexto conservador de governo e de execução de políticas públicas, como o vivido atualmente no Brasil, a discussão em torno dos discursos relacionados aos jovens é ainda mais necessária, principalmente porque, muitas vezes, pode ser utilizado como instrumento para isolar ainda mais esses sujeitos.

A ideia de que os jovens estão protegidos dentro dos muros das escolas, relacionada a um discurso protecionista e estigmatizante da infância e da juventude

pobres, ou a de que o ensino em tempo integral possibilita que sejam protagonistas de suas vidas, precisa, assim, ser problematizada, de maneira que possam lhes ser fornecidos canais efetivos de participação social.

REFERÊNCIAS

ALANEN, Leena. Repensando a infância, com Bourdieu. **Revista Nupem**, Campo Mourão, v. 6, n. 11, jul./dez. 2014.

FERRETI, Celso; ZIBAS, Dagmar; TARTUCE, Gisela. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 411-423, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Trabalhos e projetos. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983, p. 38-45.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

DAYRREL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, vol. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

MARQUES, Danielle. **Direitos de jovens na escola de tempo integral: tensões e perspectivas em narrativas de estudantes de Ensino Médio**. Rondonópolis, 2018. 160p. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMT.

MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2011.

MINAYO, Maria Cecília; BOGHOSSIAN, Cynthia. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 411-423, 2009.

QVORTRUP, Jens. Macro-análise da infância. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Alisson (Orgs.). **Investigação com crianças: perspectivas e práticas**. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, p. 73-96, 2005.

_____. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pró-posições**, Campinas, vol. 22, n. 1 (64), p. 199-211, 2011.